

EDITAL FACILITADO

PCGO

**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS
AGENTE DE POLÍCIA SUBSTITUTO
CEBRASPE - 2016**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA:	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.										
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.										
3 Domínio da ortografia oficial.										
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.										
4.1 Emprego de elementos de referênciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.										
4.2 Emprego de tempos e modos verbais.										
5 Domínio da estrutura morfossintática do período.										
5.1 Emprego das classes de palavras.										
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.										
5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.										
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.										
5.5 Concordância verbal e nominal.										
5.6 Regência verbal e nominal.										
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.										
5.8 Colocação dos pronomes átonos.										
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.										
6.1 Significação das palavras.										
6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.										
6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.										
6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.										
NOÇÕES DE INFORMÁTICA:	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1 Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows).										
2 Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office e BrOffice).										
3 Redes de computadores.										
3.1 Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet.										
3.2 Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chromes).										
3.3 Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Mozilla Thunderbird).										
3.4 Sítios de busca e pesquisa na Internet.										
3.5 Grupos de discussão.										
3.6 Redes sociais.										
3.7 Computação na nuvem (cloud computing).										
4 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.										
5 Segurança da informação.										
5.1 Procedimentos de segurança.										
5.2 Noções de vírus, worms e pragas virtuais.										
5.3 Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).										
5.4 Procedimentos de backup.										
5.5 Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).										

CONHECIMENTOS GERAIS

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE:	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1 Lei nº 5.553/1968 (dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal).										
2 Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).										
3 Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).										
4 Lei nº 9.296/1996 (Escuta telefônica).										
5 Lei nº 7.492/1986 (Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional).										
6 Lei nº 4.737/1965 e suas alterações (Código Eleitoral).										
7 Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (Lei de execução penal).										
8 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais).										
9 Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal).										
10 Lei nº 8.137/1990 e alterações (Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e outras relações de consumo).										
11 Título II da Lei nº 8.078/1990 e alterações (Crimes contra as Relações de Consumo).										
12 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional).										
13 Declaração Universal dos Direitos Humanos, Proclamada pela Resolução nº 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948.										
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1 Lei Estadual nº 16.901/2010 (dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Goiás).										
2 Lei Estadual nº 10.460/1988 (dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Efetivos do Estado de Goiás).										

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL:	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.										
1.1 Princípios fundamentais.										
2 Aplicabilidade das normas constitucionais.										
2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.										
2.2 Normas programáticas.										
3 Direitos e garantias fundamentais.										
3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.										
4 Organização político-administrativa do Estado.										
4.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.										
5 Administração pública.										
5.1 Disposições gerais, servidores públicos.										
6 Poder executivo.										
6.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.										
7 Poder legislativo.										
7.1 Estrutura.										
7.2 Funcionamento e atribuições.										
7.3 Processo legislativo.										
8 Poder judiciário.										
8.1 Disposições gerais.										
8.2 Órgãos do poder judiciário.										
9 Funções essenciais à Justiça.										
10 Defesa do Estado e das instituições democráticas.										
10.1 Segurança pública.										

10.2 Organização da segurança pública.								
11 Ordem social.								
11.1 Base e objetivos da ordem social.								
11.2 Seguridade social.								
11.3 Meio ambiente.								
11.4 Família, criança, adolescente, idoso e índio.								

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO:	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1 Estado, Governo e Administração Pública.										
1.1 Conceitos, elementos, poderes e organização.										
1.2 Natureza, fins e princípios.										
2 Organização administrativa da União: administração direta e indireta.										
3 Atos administrativos.										
3.1 Conceitos, requisitos, elementos, pressupostos e classificação.										
3.2 Fato e ato administrativo.										
3.3 Atos administrativos em espécie.										
3.4 O silêncio no direito administrativo.										
3.5 Cassação.										
3.6 Revogação e anulação.										
3.7 Processo administrativo.										
3.8 Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos.										
3.9 Formação do ato administrativo: elementos, procedimento administrativo.										
3.10 Validade, eficácia e auto executariedade do ato administrativo.										
3.11 Atos administrativos simples, complexos e compostos.										
3.12 Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais.										
3.13 Atos administrativos gerais e individuais.										
3.14 Atos administrativos vinculados e discricionários.										
3.15 Mérito do ato administrativo, discricionariedade.										
3.16 Ato administrativo inexistente.										
3.17 Teoria das nulidades no direito administrativo.										
3.18 Atos administrativos nulos e anuláveis.										
3.19 Vícios do ato administrativo.										
3.20 Teoria dos motivos determinantes.										
3.21 Revogação, anulação e convalidação do ato administrativo.										
4 Poderes administrativos.										
4.1 Poder hierárquico.										
4.2 Poder disciplinar.										
4.3 Poder regulamentar.										
4.4 Poder de polícia.										
4.5 Uso e abuso do poder.										
5 Controle e responsabilização da administração.										
5.1 Controle administrativo.										
5.2 Controle judicial.										
5.3 Controle legislativo.										
5.4 Responsabilidade civil do Estado.										

NOÇÕES DE DIREITO PENAL:	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1 Aplicação da lei penal.										
1.1 Princípios da legalidade e da anterioridade.										
1.2 Lei penal no tempo e no espaço.										
1.3 Tempo e lugar do crime.										
1.4 Lei penal excepcional, especial e temporária.										
1.5 Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.										
1.6 Contagem de prazo.										
1.7 Interpretação da lei penal.										
1.8 Analogia.										

1.9 Irretroatividade da lei penal.								
2 Infração penal: elementos, espécies, sujeito ativo e sujeito passivo.								
3 O fato típico e seus elementos.								
3.1 Crime consumado e tentado.								
3.2 Concurso de crimes.								
3.3 Ilicitude e causas de exclusão.								
3.4 Punibilidade.								
3.5 Excesso punível.								
3.6 Culpabilidade (elementos e causas de exclusão).								
4 Imputabilidade penal.								
5 Concurso de pessoas.								
6 Crimes contra a pessoa.								
7 Crimes contra o patrimônio.								
8 Crimes contra a dignidade sexual.								
9 Crimes contra a fé pública.								
10 Crimes contra a administração pública.								
11 Lei nº 11.343/2006 (tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes).								
12 Lei nº 12.850/2013 e suas alterações (crime organizado).								
13 Lei nº 8.072/1990 e suas alterações (crimes hediondos).								
14 Lei nº 7.716/1989 e suas alterações (crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor).								
15 Lei nº 9.455/1997 (crimes de tortura).								
16 Lei nº 9.605/1998 (crimes contra o meio ambiente).								
17 Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).								
18 Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (crimes de trânsito - Código de Trânsito Brasileiro).								
19 Lei nº 11.340/2006 e alterações (cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher "Lei Maria da Penha").								
20 Decreto-Lei nº 3.688/1941 e suas alterações (Lei das Contravenções Punitivas).								
21 Lei nº 4.898/1965 e suas alterações (abuso de autoridade).								
22 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Penal.								

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL:	Legislação Facilitada			Questões		Cursos		Revisões		
	1	2	3	Qtde.	Acertos	PDF	Videoaulas	1	2	3
1 Inquérito policial.										
1.1 Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notitia criminis, delatio criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado.										
1.2 Conclusão, prazos.										
2 Prova.										
2.1 Exame do corpo de delito e perícias em geral.										
2.2 Interrogatório do acusado.										
2.3 Confissão.										
2.4 Qualificação e oitiva do ofendido.										
2.5 Testemunhas.										
2.6 Reconhecimento de pessoas e coisas.										
2.7 Acareação.										
2.8 Documentos de prova.										
2.9 Indícios.										
2.10 Busca e apreensão.										
3 Restrição de liberdade.										
3.1 Prisão em flagrante.										
3.2 Prisão preventiva.										
3.3 Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária).										
3.4 Alterações da Lei nº 12.403/2011.										
4 Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal.										

Estude todas as leis do seu concurso de forma eficiente e organizada com as nossas **Legislações Facilitadas**.

- 100% conforme o Edital.
 - **Atualização** Gratuita Pós-Edital
 - **Marcações, Súmulas e Comentários pontuais.**
 - Leitura em poucos dias.

Acesse o site e saiba mais:
www.legislacaofacilitada.com.br
 contato@legislacaofacilitada.com.br
Instagram: [@legislacaofacilitada](https://www.instagram.com/@legislacaofacilitada)
Whatsapp: (85)997619281

MATERIAL DEMONSTRATIVO no site:
<https://legislacaofacilitada.com.br>

FEEDBACKS, DEPOIMENTOS e RECOMENDAÇÕES:
<https://legislacaofacilitada.com.br/feedbacks/>

LegislaçãoConc[®]
Facilitada

LegislaçãoConc[®]
Facilitada

Dia 1

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

TÍTULO II Sua Direção e Direitos Fundamentais

CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º São direitos individuais os que garantem a liberdade, a igualdade, a propriedade e a incolumidade de pessoas e bens, bem como a realização de outras finalidades relevantes para o desenvolvimento organizado.

GRANDES DIFERENÇAS DENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS:

Aprotegidos: Pode desrespeitar com o menor

Autonomia individual: Não é considerado o menor respeito

Autosuficiência: Não pode terceirizar

Autodeterminação: Autonomia e desrespeito referenciacionais devem observar

Autonomia: Respeito a regras

Autodeterminação: Pode desrespeitar seu princípio

Autodeterminação: Os diversos fatores que definem fundamentalmente

Autodeterminação: Desenv. Compreensão de termos complexos

Autodeterminação: Resolução de conflitos entre interesses

Art. 5º Toda a vida pública deve garantir a liberdade, a igualdade, a autonomia, a incolumidade, a propriedade e a proteção da vida e identidade, a quantidade, a segurança e a propriedade, nos termos seguintes:

Art. 5º O respeito ao direito à vida deve ser respeitado pelos direitos fundamentais, que garantem a liberdade, a igualdade, a autonomia, a incolumidade, a propriedade, a segurança e a proteção, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição;

Respeito à liberdade: Diferença entre cada gênero biológico, mas que garante a liberdade, a autonomia, a incolumidade, a propriedade, a segurança e a proteção;

II - respeito será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa dentro de um limite de lei;

Respeito à liberdade: Pode e deve exercer a liberdade, mas que garante a liberdade, a autonomia, a incolumidade, a propriedade, a segurança e a proteção;

III - respeito será exercitado a tortura nem é tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anônimo;

V - é vedado o exercício de direitos que possam provocar conflito legítimo exercícios de direitos à livre manifestação do pensamento;

VI - é assegurado o direito de resposta, proporcionado em agravo, assim da indemnização por danos materiais, morais ou à imagem;

VII - respeito: é a observância de normas que devem ser observadas;

VIII - é garantida a liberdade de expressão e de imprensa, sendo assegurado o livre exercício das culturas religiosas e generalizadas, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

IX - é assegurada, nos termos da lei, a proteção de assentamentos religiosos não entidades civis e militares de missão eclesiástica;

X - respeito: será privado de direitos por motivo de crime cometido, no desempenho funcional ou político, salvo se

ao menor para extorcer ou obstruir legal e todos impedir ou restringir a livre prestação alternativa, tratado em lei;

XI - direito à comunicação, liberdade de informação e liberdade de expressão;

XII - não considerada a menoridade, a violência, a fraude e a imoralidade, a liberdade de expressão e a livre manifestação pelo meio material ou mental, respeitando-se os direitos mínimos pelo menor;

XIII - liberdade de expressão contra direitos ressalvados;

XIV - direito à liberdade de expressão, não ressalvado a constituição de direitos mínimos;

XV - é vedado o respeito ao direito individual, respeitado mesmo quando exercido de maneira desrespeitosa, seja por meio de ameaças contra os direitos, seja por meio de ameaças contra os direitos, durante o tempo de prisão, por meio de ameaças;

XVI - é vedado o respeito ao direito à propriedade, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado;

XVII - é vedado o respeito ao direito à propriedade, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado;

XVIII - é vedado o respeito ao direito à propriedade, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado;

XIX - é vedado o respeito ao direito à propriedade, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado;

XXX - é vedado o respeito ao direito à propriedade, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado;

XXXI - é vedado o respeito ao direito à propriedade, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado;

XXXII - é vedado o respeito ao direito à propriedade, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado;

XXXIII - é vedado o respeito ao direito à propriedade, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado;

XXXIV - é vedado o respeito ao direito à propriedade, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado;

XXXV - é vedado o respeito ao direito à propriedade, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado;

XXXVI - é vedado o respeito ao direito à propriedade, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado;

XXXVII - é vedado o respeito ao direito à propriedade, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado;

XXXVIII - é vedado o respeito ao direito à propriedade, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado;

XXXIX - é vedado o respeito ao direito à propriedade, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado;

XL - é vedado o respeito ao direito à propriedade, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado;

XLII - é vedado o respeito ao direito à propriedade, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado;

XLIII - é vedado o respeito ao direito à propriedade, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado, ressalvado o direito à propriedade industrial, que deve ser respeitado;

www.LegislaçãoConc[®].com.br

4

